

URBANIDADE E RURALIDADE NO BRASIL E AS REDEFINIÇÕES ENTRE CAMPO E CIDADE[☆]

EDUARDO MARANDOLA JÚNIOR¹
ZULEIKA ALVES ARRUDA²

RESUMO: Ao longo da década de 1990, surgiram várias vozes no país anunciando o "novo Brasil urbano" e o "novo Brasil rural". Referiam-se às transformações que já há décadas estão em processo no campo e nas cidades brasileiras. Estas são observadas de maneira diferenciada regionalmente e expressas na relação urbanidade-ruralidade. A partir das estatísticas, tem-se apontado para a natureza eminentemente urbana do Brasil. Contudo, há de se discutir essa questão por outro ângulo, que envolve questionar o que é urbano e o que é rural nessas estatísticas, como também analisar a relação urbanidade-ruralidade a partir de suas expressões nos modos de vida, na sociabilidade e nos modos espaciais que caracterizam e que estão presentes no campo e na cidade. Procuramos refletir nesse sentido, através de discussões que já têm sido travadas no país, apoiados nos debates acerca do urbano e de outros fatores levantados por críticos às noções de urbano e rural no Brasil. Nosso intuito é apontar a necessidade da presença mais direta dos geógrafos nesse debate, contribuindo para a incorporação da dimensão espacial às definições de urbanidade e ruralidade.

PALAVRAS-CHAVE: Urbanidade-ruralidade, modos espaciais, modos de vida, geograficidade, sociabilidade

URBANITY AND RURALITY IN BRAZIL AND countryside-CITY redefinitions

ABSTRACT: A number of voices were raised in Brazil during the 1990s announcing the "new urban Brazil" and the "new rural Brazil." these terms referred to changes that had been in process for decades in the rural and urban areas in Brazil. These two types of areas are observed differently in the various regions in the country and are expressed in the relationship between urbanity and rurality. The eminently urban nature of Brazil has been affirmed on the basis of statistics. However, this issue should also be looked at from another angle, namely a discussion as to what can be considered urban and what can be considered rural. Also, an analysis is needed of the relationships between urbanity and rurality on the basis of their expressions in ways of living, sociability and spatial modes that characterize and are present in these two types of social organization. Here we seek to reflect on the notions of urban and rural in Brazil, through debates that have been carried out and backed up by discussions on urbanity and other factors brought up by critics of the notions of urban and rural in Brazil. Our purpose is to call attention to the need for more direct presence of geographers in this debate, as they can undoubtedly contribute to the incorporation of the spatial dimension into the definitions of urbanity and rurality.

KEY-WORDS: urbanity-rurality, spatial modes, ways of living, geographicity, sociability

[☆] O embrião deste texto foi concebido no inverno de 2003 como trabalho para a disciplina "Cidade contemporânea e tendências de estruturação do espaço urbano", do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), ministrada pela professora Regina C. Bega dos Santos, a quem agradecemos pela leitura, críticas e incentivo para publicação deste artigo. A versão aqui apresentada foi ampliada e reelaborada nos últimos dois anos, recebendo tratamento final no outono de 2005.

¹ Geógrafo, Doutorando em Geografia pelo Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (IG/UNICAMP). eduardom@ige.unicamp.br.

² Geógrafa, Doutoranda em Geografia pelo Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (IG/UNICAMP), Professora do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET/MT). zuleika@ige.unicamp.br.

INTRODUÇÃO

Há algum tempo, o *Jornal Nacional* transmitiu uma série de quatro partes denominada "O novo Brasil rural", produzida pela equipe do programa *Globo Rural*. A tônica da série foi mostrar as transformações no campo brasileiro e o novo perfil de seus habitantes, dos hábitos, das técnicas e dos produtos agrícolas. No último programa, foram mostrados três exemplos de vidas rurais. O primeiro foi de um casal do Vale do Paraíba, com o sotaque e o modo de vida que lembram o famoso "Jeca Tatu", personagem de Monteiro Lobato que ganhou as telas do cinema nos filmes de Mazzaropi. O casal vive num sítio e tem o seu dia-a-dia tomado pelas obrigações relacionadas à "criação" e à plantação, vivendo numa casa de madeira e com muito pouco do que se poderia chamar de "vida moderna". É exatamente a descrição do "caipira"³, o habitante do meio rural brasileiro que habita o imaginário social do Sudeste, parte do Sul e do Centro-Oeste, com a mesma simplicidade expressa nas palavras da esposa que mencionou "que a gente não sabia que nós era importante", aludindo ao fato de a reportagem tê-los procurado. O segundo exemplo foi o de um casal que mora em Londrina, no Norte do Paraná, em um apartamento de luxo no centro da cidade, e administra os negócios da fazenda do próprio escritório do casal, através da Internet. Negociam a safra e acompanham as cotações internacionais. Nunca viveram no campo e tratam a fazenda como uma empresa. O terceiro caso foi o de um jovem gaúcho que mora no campo e estuda na cidade. Ele acorda cedo, envolve-se nas atividades do sítio (cuidar da "criação", lidar com o esterco) e só depois vai de ônibus para a cidade, onde trabalha em um escritório, operando um microcomputador. Depois de ir à faculdade, à noite, retorna para o sítio. Quando perguntado se ele é da cidade ou da roça, ele disse sem pestanejar: "Da roça". A reportagem concluiu a série afirmando que este é o Brasil rural de hoje: múltiplo, rico e cheio de alternativas.

De fato, as recentes transformações no campo têm chamado a atenção da sociedade e de muitos pesquisadores de vários campos do conhecimento. Contudo, esse processo não é novo, assim como o interesse nessas transformações também não é uma descoberta desta década. Na verdade, o processo que vemos culminar no cenário contemporâneo é o reflexo de transformações que, no Brasil, iniciaram-se com a revolução verde (o processo de modernização agrícola) e têm sido impressas em ritmos e intensidades diferenciadas em cada região do país, com desdobramentos igualmente heterogêneos, estando vinculadas ao processo de reestruturação urbano-regional do sistema capitalista descrito por Soja (1993).

A reportagem mencionou três exemplos de três regiões que, com certeza, dão o quadro da diversidade, mas não o reproduzem na totalidade. Porém, esses três casos apontam a natureza dessa diversidade, que é manifesta em termos da **sociabilidade**, dos **modos espaciais**, dos **modos de vida**, da **atividade econômica** e da relação **urbanidade-ruralidade**.

Esse último enunciado nos chama atenção para o fato de que as transformações no campo não podem ser estudadas ou analisadas separadamente das transformações na cidade, pois estas possuem uma vinculação indissociável no processo histórico-econômico brasileiro. (NAKAGAWARA, 1981) Os três primeiros, associados ao último, alertam-nos que a questão vai muito além das transformações econômicas, mas está intimamente ligada às novas relações cidade-campo e aos novos modos de urbanidade e ruralidade que são resultados dessas transformações.

Este debate em torno da urbanidade e da ruralidade também não é algo novo. É uma discussão já travada entre demógrafos e sociólogos, principalmente, preocupados com os movimentos migratórios campo-cidade. Porém, este se renovou na década de 1990 e se intensifica na virada do milênio, quando muitas das expectativas que se tinha com relação às concentrações populacionais no campo e nas cidades para este início de século não se concretizaram, além da rápida transição demográfica atravessada por muitos países da América

³ Os caipiras de São Paulo foram estudados pelo antropólogo Carlos Rodrigues Brandão, que resgatou não apenas o sentido do caipira, mas investigou também suas crenças e modos de vida. (BRANDÃO, 1983) Outro trabalho já clássico sobre o caipira paulista é *Os parceiros do Rio Bonito*, de Antonio Candido (CANDIDO, 1964).

Latina, Ásia e África. Os geógrafos participam ativamente nesse processo de discussão, principalmente aqueles preocupados com as transformações ocorridas nos modos de produção e com as alterações das relações econômicas e funcionais entre cidade e campo.⁴

No Brasil, este debate é em especial importante em virtude da inserção do país entre aqueles que deram passos largos, em menos de 40 anos, para a transição demográfica, além de ter invertido a balança rural-urbana já na década de 1970. Além disso, o ritmo de crescimento populacional no campo é, em média, três vezes menor do que nas cidades e, para agravar a situação, Ricardo Abramovay e Ignacy Sachs apontam que as áreas rurais não são consideradas nos planos de gestão, sendo vistas em geral como zonas mortas ou decadentes, não podendo contribuir para a fixação e habitação deste crescente contingente populacional (ABRAMOVAY e SACHS, 1995).

Contudo, o quanto deste país, em tão pouco tempo, tornou-se urbano e quanto continuou rural é a grande questão que paira acima das estatísticas. Simplesmente apontar os mais de 80% de população residente em área urbana no país não significa que temos um país urbano. Há necessidade de se avaliar a relação urbanidade-ruralidade para se aproximar melhor dos modos de vida, das práticas sociais e dos modos espaciais que predominam por este imenso país.

Dessa forma, tentamos discutir a relação urbanidade-ruralidade no Brasil do início do século XXI, considerando criticamente os dados estatísticos, em busca da melhor compreensão dessa relação no período recente. Tecemos nossas análises através da problemática urbanidade-ruralidade, a partir da natureza do urbano e do rural, procurando estabelecer uma base para situar o debate no âmbito da Geografia.

A CIDADE E O CAMPO: MODOS DE VIDA, SOCIABILIDADE E MODOS ESPACIAIS

Refletir sobre a relação urbanidade-ruralidade pode significar re-visitare alguns dos textos clássicos dos estudos urbanos. Já na década de 1960, Henri Lefebvre, em seu muito difundido livro *O direito à cidade* (LEFEBVRE, 1978), discorria sobre esta relação, fazendo o resgate do processo histórico da relação campo-cidade. Nesse caso específico, Lefebvre abordou a relação a partir da separação entre os dois pólos:

La separación de la ciudad y el campo tiene lugar entre las primeras y fundamentales divisiones del trabajo, con la repartición de los trabajos según sexos y edades (división biológica del trabajo), con la organización del trabajo según los instrumentos y las habilidades (división técnica). La división social del trabajo entre la ciudad y el campo corresponde a la separación entre el trabajo material y el trabajo intelectual, y, por consiguiente, entre lo natural y lo espiritual (LEFEBVRE, 1978, p.46-47).

Nessa separação elementar, Lefebvre reuniu e desvelou as demais separações dicotômicas marcantes da civilização ocidental, que atingiram seus mais elevados graus na

⁴ Exemplo disso vemos nos debates e publicações promovidas pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR (<<http://www.anpur.org.br>>) e pelo grupo de geógrafos que tem organizado o Simpósio Nacional de Geografia Urbana – SIMPURB, chegando em 2005 à sua nona edição (<<http://www.simpurb.com.br>>).

modernidade: *Physis e Logos*; teoria e prática; *praxis, poiesis e téchne*. A partir dessas separações, o autor argumenta que surgem não apenas imagens, mas grandes simbolismos, assumindo a cidade as imagens do esforço, da vontade, da subjetividade e da reflexão, enquanto o campo estaria associado às imagens relacionadas à natureza e ao ser original.

Encontramos eco dessa problemática, ainda em Lefebvre, em suas considerações acerca do **tecido urbano**. Para o autor, este

[...] puede distinguirse utilizando el concepto de ecosistema, unidad coherente constituida alrededor de una o varias ciudades, antiguas o recientes. [...] el interés del "tejido urbano" no se limita a su morfología. Es el armazón de una "manera de vivir" más o menos intensa o desagradada: la sociedad urbana. Sobre la base económica del "tejido urbano" aparecen fenómenos de otro orden, de otro nivel, el de la vida social y "cultural" (LEFEBVRE, 1978, p.26).

Esse tecido urbano representa, portanto, a própria manifestação da urbanidade, significando tanto as feições espaciais e forma de organizar o território (a morfologia) quanto os modos de vida, a sociabilidade e a cultura. Naquele momento, Lefebvre dá o sentido do "caminhar" desse tecido que ganha vida e se assemelha a uma mancha, levando as suas características às áreas "engolidas":

La sociedad y la vida urbana, conducidas por el tejido urbano, penetran en el campo. Semejante manera de vivir implica sistemas de fines y sistemas de valores. Los elementos más conocidos del sistema urbano de fines son el agua, la electricidad, el gas (butano en el campo), acompañados del coche, la televisión, los utensilios de plástico, el mobiliario "moderno", lo que implica nuevas exigencias en relativo a los "servicios". Entre los elementos del sistema de valores, citaremos el ocio a la manera urbana (bailes, canciones), las costumbres, la adopción rápida de las modas. Y también, las preocupaciones por la seguridad, las exigencias de previsión relativas al porvenir; en resumen, una racionalidad difundida por la ciudad (LEFEBVRE, 1978, p.26-27).

Junto com esses sistemas de costumes e valores, imprimem-se novas práticas sociais e espaciais. O relacionamento entre as pessoas, as famílias e destas com o ambiente é alterado, e as transformações são sentidas no cotidiano e até no jeito de falar.

Contudo, este não é um movimento de direção única. Lefebvre assinala que a ruralidade também se faz presente na cidade, seja pelo migrante rural que habita "desespacializado" a cidade, "mal adaptados", como menciona o autor, seja pelos resquícios que permanecem no crescimento e desenvolvimento urbano de uma pequena cidade. Esse último fenômeno é muito comum no veloz processo de urbanização ocorrido no Brasil durante o século XX, principalmente nas cidades do interior.

É nesse sentido que Lefebvre (1978, p.27) afirma que "la relación 'urbanidad-ruralidad' no desaparece por lo tanto; por el contrario; se intensifica". E podemos dizer, em adição, que essa relação não apenas se intensifica, como também se diversifica e se complexifica, acompanhando as dinâmicas sociais e espaciais cada vez mais heterogêneas e complexas do início do século XXI.

Segundo essa tradição lefebvriana, vários geógrafos, preocupados com a produção do espaço urbano e sua relação com o processo de urbanização e desenvolvimento regional, acompanharam, nas últimas décadas, as dinâmicas e as transformações na cidade e no urbano

brasileiro, sem desconectá-lo (com mais ou menos intensidade) das dinâmicas agrárias e rurais, ampliando assim a discussão entre a relação urbano-rural e urbanidade-ruralidade.

Por exemplo, Maria Adélia de Souza registra que a leitura da produção e apropriação do espaço urbano e rural remete-nos a alguns paradoxos:

[...] o urbano sempre censurou o tradicionalismo e o 'provincianismo' rural; no entanto, a maior aspiração do cidadão hoje é viver no campo; as levadas de migrantes enfeiam a cidade, mas os 'piqueniques' e a expansão urbana depredam e descaracterizam o campo e a zona rural. Como se pode ver, a questão é complexa (SOUZA, 1988, p.62).

A autora levanta, assim, questões dos "modos de viver" mencionados pelo próprio Lefebvre, apontando a segregação baseada na imagem, ou no zelo pela imagem, utilizado como justificativa para essa segregação e como base de um preconceito, embora esses modos requeiram, em seu lazer moderno, práticas e ambientes que os remetam ao campo.

Dessa forma, a idéia de urbano e rural transcende à mera concentração do processo produtivo *stricto sensu*, sendo um produto do processo de produção num determinado momento histórico, não só no que se referem às determinações sociais, políticas, ideológicas e jurídicas que se articulam na totalidade da formação econômica e social. Dessa forma, o urbano e o rural são mais do que um modo de produzir, eles são também um modo de consumir, de pensar, sentir, enfim, são **modos de vida**. Mais que modo de vida, precisamos refletir sobre o que poderíamos talvez denominar de **modos espaciais**, que implica uma forma distinta de relação homem-homem, homem-sociedade, homem-meio e meio-meio. Não se trata somente de feições espaciais específicas (a morfologia da paisagem), mas a própria essência da espacialidade, fundada na dinâmica destas relações. Uma reflexão de cunho ontológico, portanto.

O filósofo Heidegger (2002), na sua ontologia do Ser, aponta que as estruturas pertencentes ao Ser-aí, associado ao fenômeno que fornece a resposta à pergunta "quem", representam os diferentes modos de ser. O espacializar é encarado como um dos fundamentos ontológicos do Ser, enquanto significado primeiro. Ser-aí é, por outro lado, identificado diretamente com o lugar, referindo-se à relação do Ser com os outros e com o espaço. Ser-no-mundo ou o Sendo-no-mundo, fundamentos do Ser, são intrínsecos ao Ser-com, que se refere à sociabilidade. Nesse sentido, o Ser somente é em algum lugar em relação ao espaço e à sociedade. A consciência existencial e a experiência são construídas quotidianamente nessa relação, entrelaçando os modos de ser com os modos de vida. Estes, no entanto, não podem furtar-se de um aí, o que nos remete para o sentido de pensar simultaneamente em modos espaciais enquanto igualmente fundantes do Ser.

Para Eric Dardel, esta relação essencial do espaço, da sociedade e do homem se expressa em sua **geograficidade**. Em sua obra, *L'Homme et la Terre: nature de la réalité géographique*, de 1952, ele desenvolve esse conceito como ligação primeira que expressa a natureza geográfica do homem e de sua ligação essencialmente fenomenológica com a Terra, em termos cosmológicos, e do homem com o meio, em termos de morada. Segundo ele, "la géographie n'est pas en son principe une connaissance; la réalité géographique n'est pas d'abord un 'objet': [...] La science géographique présuppose que le monde soit compris géographiquement, que l'homme se sente et se sache lié à la Terre comme être appelé à se réaliser en as condition terrestre" (DARDEL, 1952, p.46). Werther Holzer explicita o sentido desse conceito:

A geograficidade refere-se à cumplicidade obrigatória entre a Terra e o homem, que se

apresenta à existência humana. Refere-se também a um espaço material, uma matéria que não podemos descartar. A especialização da matéria exige do homem um comportamento ativo, no qual a 'distância' é um elemento essencial na estruturação do mundo e não é experimentada especialmente como quantidade, mas como qualidade expressa no 'perto' e no 'longe', no 'lá' e no 'aqui' (HOLZER, 2001, p.111).

Significa, portanto, a própria ontologia do ser geográfico, que vive o mundo de sua experiência. Esse mundo é uma totalidade parcial, pois envolve todas as dimensões da existência, desde a materialidade até a imaterialidade, nos processos objetivos, subjetivos e intersubjetivos. Envolve, portanto, desde a economia, a política e a cultura, até os dramas psicológicos e os laços afetivos entre pessoas e com os lugares.

A geograficidade é o elo que liga a experiência do espaço, das paisagens e lugares, segundo Relph (1979, p.18), "[...] na medida em que são diretamente experienciados como atributos do mundo-vivido." Ela envolve mais do que adaptar a vestimenta às oscilações do clima; "[...] refere-se às várias maneiras pelas quais sentimos e conhecemos ambientes em todas as suas formas", servindo de referência essencial para a existência individual de cada homem. Porém, a relação com o mundo (as esferas coletivas) está sempre envolvida, como assinala Dardel (1952, p.52): "Dans le flux d'impressions subjectives qui se mêle à notre appréhension des configurations géographiques, la couleur devient la couleur du monde; révèle la substance des choses, dans un accord fondamental de notre existence avec le monde".

Nesse sentido, viver a cidade e viver o campo implicam diferentes relações com a paisagem e os lugares, configurando-se bases espaciais distintas para a experiência. Cada uma envolve uma forma específica de relação entre o homem e o mundo, produzindo portanto, diferentes maneiras de se relacionar com esse espaço. Sua geograficidade expressa-nos diferentes modos espaciais que surgem dessas diferentes situações, produz realidades e vivências distintas, recolocando a questão num plano de singularidade importante, embora traços comuns possam ser identificados em realidades paralelas. Paralelas, mas nunca homogêneas.

O homem se faz no contato com o mundo e esse mundo não pode prescindir de sua espacialidade. Mesmo entendendo tal espacialidade como socialmente construída, ela é subjetivamente vivida. Nesse sentido, os modos espaciais relacionados ao lugar são tão fundamentais quanto os modos de vida socioculturais.

No entanto, essa singularidade do urbano ou rural não elimina os processos hegemônicos que transcendem o sítio urbano e que agem sobre os espaços rurais. Os modos espaciais são delineados no embate ruralidade-urbanidade, seja na cidade ou no campo.

Horacio Capel, no ensaio "*La definición de lo urbano*" (CAPEL, 1975), busca outra linha de argumentação. Ele parte da definição do urbano para alcançar o entendimento dessa realidade mutante na modernidade, sob um enfoque geográfico. O autor argumenta que uma das premissas que caracteriza o urbano em contraposição ao rural é justamente uma forma específica de povoamento e de organização espacial. Ele chega a essa conclusão a partir da revisão de considerações teóricas acerca do urbano, seu foco primordial, destacando alguns pontos distintivos deste: dimensão e atividade, a cultura urbana, potencial de informação e interação, e as definições estatísticas.

Capel questiona as formas como são feitas as estatísticas e chega ao ponto central: há necessidade de um enfoque geográfico específico. É nesse ponto que entram os modos espaciais (um enfoque geográfico) ao lado dos modos de vida (enfoques sociológico e antropológico), numa complementação fundamental para o entendimento do urbano e do rural. O autor conclui:

Pero esta organización espacial es esencialmente, como todo el espacio, un producto social, modelado y condicionado por la estructura social, por el tipo de relaciones sociales que se establecen entre sus distintos elementos, por las relaciones de producción y, en suma, por el conjunto de las instancias económica, ideológica y jurídicopolítica que la constituyen. [...] El análisis de la articulación concreta entre esta forma espacial y la estructura social obliga al geógrafo al trabajo común con otros científicos sociales y permite que nuestra investigación pueda integrarse – a pesar de la especificidad del objeto y del método geográfico – en una tarea más amplia, de carácter necesariamente interdisciplinario (CAPEL, 1975).

É evidente que a dificuldade de definição entre o rural e o urbano, desde que Capel escreveu este ensaio, em meados da década de 1970, aumentou devido à contínua complexificação das relações entre estes e as alterações nos modos de vida e nos modos espaciais. Em vista disso, uma forma de procurar apreender tal essência é buscar, por algum meio, a multidimensionalidade dos fenômenos, a partir de uma perspectiva transescalar de análise (MARANDOLA JR., 2004). É uma busca, mesmo que de difícil execução, de uma visão da totalidade dos processos.

Alguns têm tentado alcançar tal totalidade através da consideração das relações. Nesse sentido, Ana Fani A. Carlos afirma que pensar o espaço urbano como produto social significa que o produto deve ser, necessariamente, reconstruído no **conjunto das relações**, e o isolamento de um momento do todo só pode ocorrer pela mediação de um outro, objeto que não é completamente isolável. O todo social é dado como organização prática, e a unidade do mundo constitui o plano do humano (CARLOS, 1994).

Desse modo, para que possamos compreender a dinâmica que ocorre nos espaços urbano e rural, torna-se necessário apreender a produção e apropriação do espaço em sua relação com a sociedade. Descartamos, assim, a idéia de que o espaço é um mero suporte dos homens e de suas atividades. Antes, é a **articulação entre modos de vida, sociabilidade e modos espaciais**. Mas não apenas isso. Precisamos conectar a discussão às atuais dinâmicas que operam no âmbito planetário e que influenciam ou marcam os espaços de forma distinta em cada ponto do planeta, com mais ou menos intensidade.

Carlos (1996) coloca esta problemática registrando que vivemos um momento da história da humanidade em que a construção do urbano como novo modo de vida, novas formas de organização do tempo, novo modo de consumo, um modelo de comportamento, uma mudança cultural generalizada privilegia as coisas em detrimento do homem. Esse processo se expande mundialmente, contaminando todos os pontos do planeta, trazendo profundas mudanças nas relações tradicionais, forjando um novo tipo de identidade baseada numa diferença vivida por indivíduos atomizados.

Essa urbanidade passa a integrar o próprio mecanismo da reprodução social, consolidando o que Lefebvre (1999) chamou de **sociedade urbana**.

Milton Santos, em *A urbanização brasileira* (SANTOS, 1993), aponta que a intensa difusão dos valores distorcidos da modernidade, valores que são freqüentemente dados como se fossem urbanos, revela a teia de relações outrora instalada nas cidades, que praticamente se estenderam por toda a parte, com a industrialização da agricultura e a modernização do campo.

É nesse sentido que Souza (1988) afirma que ser urbano hoje não significa necessariamente viver no espaço físico da cidade. A questão urbana é de uma magnitude

diferente. Ela ultrapassa as fronteiras físicas da cidade. Para a autora, a cidade e o campo seriam hoje realidades confluentes (e não foram sempre?). A nova ordem territorial que passa a constituir esses espaços confere-lhes uma outra dimensão. É como explica Santos (1993), quando registra que o que vemos agora é o campo acolhendo um capital novo e o difundindo rapidamente com tudo o que ele acarreta, isto é, novas formas tecnológicas, novas formas organizacionais, que ali se instalam a velocidades cada vez maiores.

A expansão do consumo de saúde, da educação, do lazer, é paralela à do consumo das bateadeiras elétricas, televisões e de tantos outros objetos, do consumo das imagens, das idéias, das informações, do consumo das esperanças, tudo isso buscando uma resposta concentrada, que leva à ampliação do fenômeno da urbanização, sobretudo porque, ao lado do consumo consuntivo, que se esgota em si mesmo, criam-se no mundo agrícola formas novas de consumo produtivo. A um consumo consuntivo que se amplia corresponde, também, uma ampliação de consumo produtivo, através dessa incorporação de ciência e informação ao espaço rural.

No meio rural, à proporção que o campo se moderniza requerendo máquinas, implementos, componentes, insumos materiais e intelectuais indispensáveis à produção, ao crédito, à administração pública e privada, o mecanismo territorial da oferta e da demanda de bens e serviços tende a ser substancialmente diferente da fase precedente. Passamos a ver a urbanidade, via modernização, cada vez mais presente no campo.

Porém, não podemos ceder à tentação de limitar a questão à urbanização do campo, ou à simples detecção de hábitos rurais nas cidades. A problemática se faz muito mais complexa. Além disso, talvez o aspecto mais marcante das formas contemporâneas da relação urbanidade-ruralidade seja não a marcação do limite cidade-campo, mas exatamente a fluidez que se instaura entre os dois⁵ que se caracteriza tanto pelo fluxo de pessoas, mercadorias, idéias, modos de vida e modos espaciais.

A troca e a dinamicidade que se instauram entre os territórios ficam muito mais ricas e complexas, o que resulta em frustração para aqueles que buscam as delimitações rígidas e precisas. O principal caminho para a compreensão dessas dinâmicas contemporâneas, talvez, seja a adoção de uma outra perspectiva, que não tome *a priori* as funções e características do campo e da cidade, mas que busque compreender os modos espaciais colocados em prática hoje e o seu significado na sociedade contemporânea. É nesse caminho que alguns autores têm buscado alternativas de análise das transformações ocorridas no campo brasileiro.

O URBANO E O RURAL NO BRASIL: DEBATES E QUESTIONAMENTOS

Entre os pesquisadores que têm se dedicado a debater as redefinições entre urbano e rural atualmente, temos três posições mais ou menos estabelecidas. Uma defende que a força da urbanidade é tamanha e sua expansão para além da cidade é tão marcante que, hoje, teríamos um declínio das áreas rurais. Falaríamos assim de urbanização do campo. Uma outra, quase que oposta a esta leitura, encara a falácia das estatísticas e afirma que o Brasil não é tão urbano quanto parece. E uma terceira postura procura entender de forma mais complexa o significado do urbano e do rural, procurando entender medidas de urbanidade e ruralidade. Resgataremos alguns dos principais autores que têm levado a cabo tal discussão, explicitando o contexto de suas preocupações, bem como sua linha de argumentação.

Embora tenhamos autores em várias áreas do conhecimento envolvidos nesses debates, é interessante ver que, nos três casos, são os economistas os mais engajados nessa discussão, não tendo esse debate entrado de forma ampla entre os geógrafos. Mesmo assim, uma bandeira comum entre esses pesquisadores é a necessidade de se conhecer melhor a dinâmica que

⁵ Esta fluidez foi analisada utilizando-se a noção de **fronteira urbano-rural**, conceito re-trabalhado a partir das noções de fronteira de José de Souza Martins aplicada à fronteira agrícola (MARTINS, 1997), considerada como uma ampla faixa de transição entre o urbano e o rural, onde as características de urbanidade e ruralidade mesclam-se tanto no urbano quanto no rural, produzindo a **situação de fronteira** (MARANDOLA JR., 2005).

envolve as realidades rurais e urbanas para poder re-discutir e re-conduzir as próprias definições que envolvem essas duas realidades, a partir de um entendimento do urbano e do rural como categorias territoriais ou espaciais.

No primeiro grupo, a ênfase é maior no que concerne às atividades agrícolas e não-agrícolas no campo, centrando a partir daí suas análises. No segundo grupo, temos uma ênfase na re-discussão não apenas das atividades, mas também de uma revisão das formas de se operacionalizar as estatísticas. Já o terceiro grupo focaliza prioritariamente o relacionamento campo-cidade, buscando a partir daí caminhos para criar melhores indicadores de ruralidade (e conseqüentemente de urbanidade) para o país. O primeiro grupo é bem representado pelos trabalhos recentemente publicados de José Graziano da Silva; do segundo, podemos citar José Eli da Veiga; e do terceiro, Ricardo Abramovay.

Graziano da Silva (2002) considera que se pode dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou nas últimas décadas como resultado, de um lado, do processo de industrialização da agricultura e, de outro, da penetração do mundo urbano-industrial naquilo que tradicionalmente era definido como rural. Para ele, o rural hoje só pode ser entendido como um *continuum* do urbano, do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária.

O primeiro traço dessa integração, aponta Graziano da Silva, é o próprio sistema produtivo agroindustrial e o mercado de insumos e implementos agrícolas que integram as atividades agropecuárias ao sistema urbano-industrial, numa relação de dependência. Mas esse processo é apenas uma parte, além de já ter sido apontado, desde a década de 1970, como a grande transformação (ou reestruturação) no campo brasileiro. Uma outra problemática central para o autor refere-se às ocupações não-agrícolas, que passam a figurar no campo brasileiro (e mundial, como aponta Abramovay) de modo cada vez mais importante economicamente, em termos de ocupação de mão-de-obra e em relação até à dinamicidade e integração regional.

O autor destaca ainda dois traços desse novo rural: um conjunto de atividades de subsistência que gira em torno da agricultura rudimentar e da criação de pequenos animais, excluídos do sistema agroindustrial, e um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos específicos de mercado.

Nessa orientação, Graziano da Silva utiliza os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNDA) para caracterizar as atividades desenvolvidas no meio rural, focalizando também as pluriatividades, ou seja, as famílias que não têm mais todos os membros em atividades agrícolas ou que se dedicam o tempo todo a essas atividades. Este é mais um traço do novo rural que o autor caracteriza.

A conclusão a que esse quadro conduz é que o rural brasileiro, hoje, não pode ser tomado mais como sinônimo de agrícola, pois a agricultura se tornou apenas uma de suas funções. No entanto, outra conclusão a que essa abordagem também conduz é a prioridade dos fatos urbanos sobre os rurais, entendendo-se que, com a urbanização do campo, a tendência é que, se a população brasileira não estiver em breve inteiramente nas cidades, ao menos seu modo de vida estará estritamente atrelado à vida urbana. Podemos ser conduzidos a uma subconsideração do fato rural como ainda pulsante e mantenedor de especificidades, mesmo no contexto da contínua urbanização.

Esse é um dos motivos que leva José Eli da Veiga a empunhar a bandeira de que o “Brasil é menos urbano do que se calcula” (VEIGA, 2002). O autor não apenas critica os dados do IBGE por superestimar a população urbana e subestimar a população rural, mas também aponta para este risco de encerrar as áreas rurais em fadadas ao esvaziamento.

Veiga tem uma preocupação primária em discutir os dados, procurando formas melhores de se “calcular” o urbano e o rural. O autor tem como pano de fundo preocupações com a agricultura, o desenvolvimento local e o meio ambiente. Nesse sentido, ele defende que

a melhor forma de definir o urbano e o rural seria a densidade demográfica expressa num **índice de pressão antrópica**, que ele acredita poder ser construído.

Para apoiar sua proposição, ele movimentou alguns dados do Censo 2000 e da pesquisa da *Caracterização e Tendências da Rede Urbana no Brasil*, desenvolvida em conjunto pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional da Universidade Estadual de Campinas (NESUR/UNICAMP) (IPEA/IBGE/NESUR-UNICAMP, 2001). Veiga credita aos 455 municípios identificados pela pesquisa (57% da população brasileira) como componentes da Rede Urbana como inequivocadamente urbanos. E os demais 5.052 municípios?

A partir da densidade demográfica, Veiga identifica duas rupturas entre esses municípios. A primeira se dá entre aqueles com mais de 100 mil habitantes (parte da Rede Urbana), que possuem uma densidade média superior a 80 hab/km². Na classe abaixo, de 75 a 100 mil habitantes, a densidade cai para menos de 20 hab/km². Já entre os municípios com população entre 50 e 75 mil habitantes, a densidade cai para 10 hab/km². Essa é a segunda ruptura.

O autor defende, portanto, que a segunda ruptura marca os municípios que são essencialmente rurais, congregando 80% dos municípios e 30% da população brasileira, enquanto a primeira ruptura divide os municípios essencialmente urbanos dos que estão numa situação intermediária entre o urbano e o rural. Estes correspondem a 13% da população total e 10% do número de municípios.

Veiga conduz sua discussão para a necessidade da recomposição dos territórios, baseada em **microrregiões e aglomerações**, que seriam a base para os sistemas produtivos locais, promovendo o desenvolvimento local. Para isso, seria necessário rever o pacto territorial nacional, que está pautado em uma outra estrutura produtiva. Esse pacto territorial ultrapassado, segundo o autor, seria um grande empecilho para o desenvolvimento local e para a redefinição de funções entre cidade e campo.

No entanto, o autor não debate a **natureza** do urbano e do rural. Nesse aspecto, ele não se concentra em urbanidades e ruralidades, estando seu foco de interesse estritamente ligado às redefinições estatísticas para combater um esvaziamento no debate político e acadêmico da importância das áreas rurais para a sociedade brasileira como um todo, negando assim a irreversibilidade do processo de urbanização.

Abramovay (2000), no entanto, toma como seu ponto de partida exatamente a questão do significado do que é rural. Chamando a atenção (como Graziano da Silva também faz) para o fato de que as definições de urbano e rural nos dados censitários brasileiros serem baseadas nas definições legais dos municípios, afirma que, em si, esse fato já coloca em cheque todas as estatísticas. Em vista disso, ele se ocupa em procurar a essência ou natureza das áreas rurais.

O problema se agrava, relata o autor, quando se tenta fazer comparações internacionais. Além das óbvias diferenças socioespaciais de cada país, os parâmetros utilizados oficialmente para definir o que é rural e o que é urbano, resultam em discrepâncias tão grandes quanto a de, num país, se considerar urbano uma aglomeração de mais de duas mil pessoas e em outros uma com até 20 mil. Pelo último critério, por exemplo, a população rural brasileira passaria de 22% para 33% (com os dados de 1996), entre outras questões relacionadas.

Abramovay analisa, então, o que delimita como as três características das áreas rurais que as diferenciam das áreas urbanas: a relação com a natureza, a relativa dispersão populacional e a relação com as cidades.

Acerca da **relação com a natureza**, Abramovay (2000, p.07) afirma que “a ruralidade supõe, em última análise, o contato muito mais imediato dos habitantes locais com o meio natural do que nos centros urbanos”. A questão não é, como discute o autor, de uma relação idealizada com a natureza, do rural bucólico, antes, o fundamental é a relação com a paisagem, onde há um nítido contraste entre as fortemente transformadas paisagens urbanas e os campos rurais. O “lidar com a terra” também caracteriza muito mais os modos de vida rural do que urbano, embora este também passe a se configurar como o objeto da crítica deste autor. Porém,

mesmo nas novas atividades agrícolas, como os serviços terciários, a paisagem e a organização do território mantêm proximidade maior (ou um distanciamento menor) com os elementos da paisagem natural, embora também antropomorfizadas, do que nas áreas urbanas. As alterações no ambiente, ou derivações antropogênicas (MONTEIRO, 1978), são mais intensas nas cidades, atingindo ali os seus níveis mais complexos, o que não elimina a presença de uma paisagem cultural no campo, mas apenas estabelece uma diferença morfológica entre elas: enquanto a urbana é substancialmente ambiente construído, a paisagem rural mantém elementos da natureza como sua principal matriz. E, independente das atividades a serem desenvolvidas no campo, este ainda é um de seus traços marcantes.

Abramovay mostra que esta noção também ganha força quando o meio rural passa a ser visto como local que necessita de preservação e como fonte de recursos naturais. Seja pelo turismo, pela biodiversidade ou pela exploração, são nas áreas rurais que tais espaços estão localizados, e por isso também ganha ênfase a relação específica com a natureza no meio rural.

Quanto à **relativa dispersão populacional**, Abramovay registra algumas definições internacionais sobre o rural, as quais o relacionam com "campo aberto" e pouca densidade, o que se aproxima do sentido etimológico de *rus*, "campo aberto".

De fato, não há como não contrastar as densidades urbanas às rurais. Contudo, embora continue sendo um fator que determina e caracteriza tais áreas, hoje há um gradativo declínio de importância nesta relação. Abramovay explica que, hoje, com a facilidade de transporte, o que ocorria nas áreas metropolitanas (a migração pendular) ocorre entre as áreas rurais e as cidades. Muitas pessoas optam por morar em áreas rurais e ir trabalhar todos os dias nos centros urbanos. Tal realidade é evidenciada no exemplo do gaúcho, apresentado na reportagem do *Jornal Nacional*, e na realidade que vemos tanto nas metrópoles quanto nas cidades médias. Porém, diferente daquele gaúcho, o principal movimento desse tipo de mobilidade é de pessoas urbanas que passam a viver nas **áreas rurais**, mas não se tornam **rurais**. São **urbanos**, e seus modos de vida permanecem urbanos. São os habitantes das chácaras localizadas próximas às cidades, não raro na zona de expansão urbana.

Esta situação nos leva à terceira característica das áreas rurais, a **relação com as cidades**. Abramovay (2000, p.13) registra "A importância e o valor das regiões não densamente povoadas não podem escamotear sua completa dependência com relação às cidades". Então ele levanta uma questão, a nosso ver, fundamental: em que medida as áreas rurais imediatamente contínuas às grandes cidades têm características rurais? Em que medida estas não estão tão intrinsecamente envolvidas nas dinâmicas urbanas? Como chamar de rural as áreas de fronteira urbano-rural, onde moradores urbanos habitam chácaras como alternativa de habitar urbano e não como busca de vida rural?

Em busca de tais respostas (mas sem persegui-las tanto), Abramovay relata três experiências de organismos nos Estados Unidos e Europa que têm buscado alternativas para as definições de urbano e rural, tentando considerar toda a complexidade que envolve, na contemporaneidade, esses espaços. E um dos critérios utilizados é à distância e medidas de relacionamento com as áreas urbanas. A tendência é criar sofisticados mecanismos de definição destes espaços para poder dar conta desta realidade complexa.

Desse modo, a relação com as cidades é primordial para identificar a natureza e a característica das áreas rurais e, juntando-se com as preocupações de Graziano da Silva e Del Grossi (2000) acerca das pluriatividades e dos membros das famílias rurais que trabalham nas cidades (o gaúcho da reportagem), poderemos estar construindo importantes instrumentos analíticos para ter um quadro mais próximo deste "novo rural brasileiro", que culmina com um "novo urbano" e uma nova expressão da relação urbanidade-ruralidade.

PERSPECTIVAS GEOGRÁFICAS

Entre essas três posições (urbanização do campo, Brasil menos urbano do que parece e medidas de urbanidade e ruralidade), posicionamo-nos mais próximos de Abramovay. E é nessa postura que vemos maiores possibilidades de contribuição da Geografia ao debate.

As três características colocadas por Abramovay, que diferenciam o rural e o urbano, possuem implicações e referências espaciais muito precisas, que se exprimem nos modos espaciais particulares da cidade e do campo. Isto significa que a urbanidade e a ruralidade não são apenas modos de vida e sociabilidade, mas dizem respeito diretamente à forma como o espaço é estruturado e, acima de tudo, à forma como as pessoas se relacionam organicamente com este espaço.

É evidente que a relação das pessoas com o ambiente é diferente no campo e na cidade. Mesmo que as pessoas possuam grande parte do modo de vida urbano, os modos espaciais podem ser significativamente distintos. E aqui se insere a validade da consideração da relação com as cidades para relativizar também este entendimento.

As cidades próximas a áreas metropolitanas terão diferentes medidas de urbanidade e ruralidade em relação a áreas onde a rede urbana é menos densa e os espaços urbanos são mais rarefeitos. Além disso, as atuais regiões metropolitanas que sofrem o *urban sprawl*⁶, com elevada fragmentação do tecido urbano, apresentam distintas formas de interações e modos espaciais (DUANY, PLATER-ZYBERK e SPECK, 2000; LIMONARD, 2005).

Nesse aspecto, a geógrafa Sandra Lencioni fez uma proposição que suscitou muita polêmica e que contribui para pensarmos, a partir de uma perspectiva geográfica, esta questão: a **metropolização do espaço**.

Tomando evidentemente como exemplo a realidade da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e de toda região de seu entorno, Lencioni sugere que a metropolização transcende, hoje, a região metropolitana, levando suas características a vastas áreas que não são metropolitanas e, até mesmo, que não são urbanas. O resultado seria uma megalópolis em gestação, que envolveria, a partir do núcleo Rio-São Paulo, a vasta área entre as duas metrópoles e suas próprias regiões metropolitanas; a Nordeste, desde São Carlos e Rio Claro e a Região Metropolitana de Campinas; e a Sul e Sudeste, a Região Administrativa de Sorocaba e a Região Metropolitana da Baixada Santista.

Toda essa vasta área caracteriza-se, segundo Lencioni, por um nítido *continuum* urbano, somente interrompido pela Serra das Araras (Rio de Janeiro) e pela Serra do Mar (São Paulo), o que não desvanece, de forma alguma, as profundas e intensas relações estabelecidas entre as urbes de um e de outro lado.

Assim, a idéia da autora é de que se podem identificar traços metropolitanos em espaços não metropolitanos, sendo a metropolização o atual agente da tríade de organização do espaço capitalista: **homogeneização-fragmentação-hierarquia**.⁷ A autora acredita, assim, que não apenas o adensamento das manchas urbanas mas, principalmente, as alterações no espaço-tempo (a compressão) são o suporte para tal afirmação, o que resultaria numa maior proximidade entre Campinas e Niterói hoje, do que há 300 anos, por exemplo.

A metropolização liga-se à densificação das redes, principalmente daquelas que possibilitam a aproximação das cidades, a circulação e o contato urbano-urbano e rural-urbano. Nessas áreas onde a metropolização pode ser apontada, a relação com as cidades das áreas rurais é diferente de áreas onde não há esta influência.

⁶ Refere-se ao modelo de crescimento urbano que se "espraia" pelas áreas rurais, geralmente associadas a uma elevada fragmentação do tecido urbano e à alta especulação do preço da terra. É utilizado num sentido negativo, ou seja, como um processo prejudicial tanto à cidade (elevação dos custos da urbanização) quanto ao campo (ocupação extensiva de áreas verdes e de solos férteis e agricultáveis) (HOGAN e CARMO, 2001; OJIMA, 2005).

⁷ Talvez aqui poderíamos fazer conexão com a idéia da metápole do francês François Ascher, segundo o qual o processo de metropolização não leva à metrópole, mas sim à metápole: novo ente socioespacial que se configura no final do século XX, em geral, sob as antigas metrópoles industriais (ASCHER, 1998).

Em vista disso, Lencioni utiliza essa idéia como proposição de um modelo teórico de entendimento do espaço urbano-regional. Ela explica:

Além dessa megalópolis em formação, como ondas em propagação em direção ao centro e ao norte do estado, o espaço vai se apresentando, mais ou menos, metropolizado. Contém, mesmo que de forma ainda incipiente, elementos que até então praticamente só se faziam presentes na metrópole (LENCIONI, 2003, p.39-40).

Mas, de que característica fala a autora?

Nesses espaços, as altas taxas de urbanização, a magnitude expressiva dos investimentos de capital, a concentração das condições gerais de produção, tais como a infra-estrutura de transportes ou a rede de fibra ótica, bem como as atividades de serviço, notadamente aquelas relativas à prática do trabalho imaterial e às atividades de gestão do capital, denunciam estar ocorrendo o processo de metropolização do espaço (LENCIONI, 2003, p.40).

Podemos exemplificar essa proposição no próprio estado de São Paulo. A autora afirma que a região oeste e extremo sul do Estado são espaços não metropolitanizados, encontrando-se fora dessa lógica de organização regional. Essa regionalização coincide com as regiões de rede urbana menos densa e menos dinâmicas. Assim, entender o espaço regional, a partir de uma organização maior, como um processo de formação de uma megalópolis, altera significativamente a forma como encaramos os espaços urbanos (de várias naturezas e funções) e os espaços agrários que estão incluídos nessa região. Lembrando de Abramovay, a relação com as cidades será outra nesses espaços metropolitanizados e internamente a eles. É de se esperar que as áreas rurais na capital, São Paulo, possuam uma relação distinta com o urbano (e, em vista disso, uma outra natureza de sua ruralidade) do que aquelas de Guarulhos ou Taboão da Serra (RMSP). Assim, também será distinta a relação dos habitantes da área rural de uma cidade como Hortolândia (Região Metropolitana de Campinas) e do Vale do Ribeira (área com pouca densidade urbana).

Esses exemplos poderiam ser estendidos para pensar diferentes regiões brasileiras, como as diferentes medidas de ruralidade-urbanidade existentes entre áreas do Maranhão e do Triângulo Mineiro, ou do Sul e do Norte do Paraná.

O que queremos enfatizar é que ver o espaço regional como sofrendo a influência de um processo desta natureza pode contribuir para a apreensão da realidade e da natureza desses espaços urbanos e rurais. É um processo comum de organização do espaço que, embora não tenha sido destacado por Lencioni, não envolve apenas questões estruturais e funcionais, mas envolve uma mentalidade específica, a **identidade da metrópole**, que não será simplesmente transposta para os diversos espaços, mas exercerá influência sobre toda esta área. Nesta identidade, estão tanto os fatores socioeconômicos quanto os modos de vida, a sociabilidade e os modos espaciais.

O que vislumbramos, assim, é a vida metropolitana sendo levada a vastas áreas do território, como a urbanidade fôra levada há décadas atrás, com a modernização. Poderíamos continuar falando de urbanidade? Ou teríamos de falar de **metropolitanidade**?

Outrossim, essas noções ainda terão de ser vistas e debatidas com extremo cuidado. Porém, elas nos dão um vislumbre de aspectos que têm de ser considerados na construção de melhores mecanismos de definições de urbano e rural, assim como de diferentes medidas de

urbanidade e ruralidade, que tenham uma abrangência regional e que tenham um componente territorial em sua geração.

A Geografia tem um papel importante nesse processo, ao contribuir com a discussão sobre a significação geográfica dos fenômenos, ajudando a pôr em relevo a essência espacial desses processos. Assim, além da materialidade dos aspectos econômicos e políticos, buscar noções de cunho fenomenológico pode auxiliar no entendimento da urbanidade e da ruralidade de forma mais orgânica, considerando a especificidade dos modos espaciais e da geograficidade das diferentes organizações espaciais e da relação do campo com a cidade. A Geografia pode ajudar a transcender a discussão dos modos de vida, enriquecendo-a com uma perspectiva territorializada, para além das noções de distância, distribuição e localização.

Nesse sentido, poderemos ir além da consideração da cidade como produto social de um sistema capitalista, que obedece sua lógica, encarando os processos em espaços (cidades) distintos, de maneira a valorizar suas especificidades. Apesar do emprego da mesma lógica (a do capital) em espaço-tempos distintos, a relação cidade-campo e homem-meio (homem-cidade ou homem-campo) é essencialmente diferente.

Enriquecer a análise por este prisma abre a possibilidade de nos questionarmos sobre as próprias pré-definições de urbano e rural, para depois nos debruçarmos nas análises. Por que não se perguntar (e investigar) como as pessoas vivem nestas cidades? Por que tomar, *a priori*, o urbano e o rural como definidos, como se soubéssemos o que eles são?

Talvez precisemos questionar-se sobre o significado dos espaços e das regiões, não apenas em sua historicidade e materialidade, mas também na forma como as pessoas vivem e pensam. Pierre Monbeig, um dos mestres franceses da Universidade de São Paulo, perguntou isso em idos de 1953 (MONBEIG, 1957). Poderemos nós fazer coro com ele agora?

URBANIDADE E RURALIDADE: APONTAMENTOS DE UM CAMINHO A TRILHAR

Realizar uma reflexão entre o modo de vida urbano e rural constitui uma tarefa árdua no contexto atual, em que prevalecem formas arcaicas e modernas de reprodução do capital. Porém, apesar da força que a lógica capitalista guiada pelo máximo econômico, possui tanto na estruturação do espaço como na vida das pessoas, não podemos nos render a um determinismo econômico para a delimitação do significado da vida humana. Este é apenas o primeiro passo para compreender como se articulam o urbano e o rural no Brasil de hoje.

Em vista disso, é necessária a adoção de posturas abertas, não apenas porque há uma complexidade muito grande de fenômenos agindo sobre as cidades e as áreas rurais – e a urbanidade e a ruralidade agem de formas muito diferentes –, mas, sobretudo, porque há uma diversidade de situações muito distintas. As realidades distintas exigem métodos distintos de investigação. Além disso, o estudo de realidades tão complexas, como mostram ser o urbano e o rural na contemporaneidade brasileira, com suas dinâmicas internas, regionais, inter-regionais, municipais, metropolitanas, intra-metropolitanas, intra-urbanas, urbanas, rurais e globais, torna impossível predefinir conceitos e modelos a partir de alguma destas realidades.

Este ensaio mostrou isso ao utilizar perspectivas e até referências distintas para se aproximar de um e outro caso, e por se esforçar em não desconsiderar dinâmicas importantes na constituição da realidade vivida pelos habitantes urbanos e rurais deste imenso país.

Temos de questionar o que é o urbano e o que é o rural, tanto *per se* como nas estatísticas, antes de proclamarmos aos quatro ventos que o “Brasil é urbano”, que o “campo está se urbanizando” ou que o “Brasil é menos urbano do que parece”. Quando pararmos de colocar no mesmo patamar todos os mais de 140 milhões de brasileiros que vivem nas cidades, como se estivessem vivendo a mesma realidade, poderemos então avançar na discussão e no entendimento do que significa a urbanidade e a ruralidade no Brasil contemporâneo.

Entre as grandes regiões brasileiras, bem como entre os biomas e ecossistemas e mesmo entre as regiões de um Estado, apresentam-se diferenças abissais, pelas óbvias divergências

espaciais e histórico-sociais, que se refletem nas inúmeras maneiras com que as pessoas que vivem e estabelecem sua relação com o mundo. Para exemplificar, podemos contrapor a situação de dois Estados: Mato Grosso e São Paulo. Porém, estes são tomados apenas como protótipos de dois modelos que se pretendem homogêneos, mas que, em verdade, nunca alcançam tal homogeneidade.

No caso mato-grossense, as cidades novas de fronteira agrícola constituem exemplos de um tipo de empresariamento urbano adotado nos últimos anos por inúmeras cidades como padrão de gestão local, caracterizado pelo novo papel empresarial do poder local, pelas crescentes parcerias entre a esfera pública e a esfera privada que almejam investimentos e crescimento econômico pautado na lógica do agronegócio. A gestão destes espaços, sua articulação, a venda e a revenda ficam nas mãos do capital privado até a consecução dos seus interesses, passando para o Estado a responsabilidade de viabilizar o suporte de infra-estrutura, serviços etc. O setor público assumiu o risco e a iniciativa privada ficou com os benefícios (ARRUDA, 1997; ARRUDA e RODRIGUES, 2004).

Surgidas no contexto da globalização e, em razão da especialização produtiva que lhe são conferidas, essas cidades passam a manter relações com centros longínquos, quer seja por meio das relações que são estabelecidas pelas corporações agroindustriais presentes no seu espaço, quer seja pelo mercado globalizado. As cidades do campo (SANTOS, 1993), cuja lógica está pautada no agronegócio, possuem como papel principal o abastecimento imediato e próximo da informação (bolsa de valores, produtos de interesse para a exportação e preços etc.) requerido pelas atividades agrícolas. O tempo que impera é o comandado pelo mercado longínquo, pelos preços internacionais e nacionais (das commodities), pelo valor externo da moeda (cambio – dólar) é o mesmo que comanda o processo produtivo do campo. As manifestações espaciais da modernização podem ser identificadas na presença de complexos territoriais produtivos organizados em cadeia produtiva, na evolução dos índices de urbanização nas áreas de expansão da fronteira agrícola, com a ampliação da demanda por profissionais, produtos e comércios especializados, na difusão de novos estilos de vida e consumo para essas áreas, impondo, assim, uma acentuada interação campo-cidade (ARRUDA e RODRIGUES 2005).

No Brasil contemporâneo, nas áreas de expansão da agricultura tecnificada, onde está presente o meio técnico-científico-informacional e onde a vida de relações tende a ser mais intensas, o processo de urbanização **também o é**. A urbanização da fronteira agrícola tecnificada, fruto de novas lógicas territoriais, apresenta uma configuração nova e complexa, seja pela elevada densidade informacional presente no território por meio da oferta de informação, pelo grau de modernidade presente tanto no meio rural como urbano, pelo tamanho das cidades ou pela urbanidade e ruralidade presente no cotidiano desses espaços. Em um jogo dialético, o rural e o urbano se superpõem em práticas socioespaciais, econômicas e culturais; e o local se confunde com o global cada vez mais nesses espaços (ARRUDA e RODRIGUES 2005).

Já o estado de São Paulo, é o protótipo das mudanças que se processam entre o campo e a cidade por ainda, mesmo com o processo de desconcentração, estar à frente dos processos de modernização e empreendimentos capitalistas no Brasil, além de já ter ultrapassado em grande medida a transição demográfica e encontrar-se em condições semelhantes, no que tange as relações cidade-campo, a países europeus e os EUA.

O processo de metropolização em larga escala, a rede urbana densa, a integração das áreas rurais com a agroindústria e o mercado internacional são algumas das características que, embora presentes em certa medida em outros estados da federação, possuem intensidade particularmente significativa em São Paulo. A urbanização de cidades médias, que exercem diferentes centralidades regionais, estabelecendo níveis hierárquicos complexos, contribuem para embaralhar ainda mais as organizações territoriais e, em grande medida, imprimir a força

da urbanização (e da metropolização) em vastas áreas para além das três regiões metropolitanas regulamentadas. Estas centralidades têm se redefinido nos últimos anos, com a crescente importância de cidades como Campinas, Ribeirão Preto, Sorocaba, São José do Rio Preto e São José dos Campos. Cada um destes e de outros pólos regionais possui especificidades em termos de forma urbana e processos socio-históricos, o que produz diferentes arranjos territoriais. Em cada uma destas regiões, similarmente, organizam-se relações específicas entre as cidades e suas áreas rurais. As regiões menos urbanizadas do estado, como o Pontal do Paranapanema e o Vale do Ribeira apresentam, por outro lado, facetas distintas do papel das cidades, das propriedades rurais e de todo o processo de modernização em curso.

Em vista disso, a construção de medidas de ruralidade e urbanidade tem de ser pensadas regionalmente, não apenas no âmbito localizado de um Estado ou Região. Nesse sentido, não se podem postular padrões de definição desta medida de forma genérica, mas deve-se pensar em casos específicos ou em metodologias abertas, o suficiente que incorporem as especificidades espaço-temporais das regiões.

Além disso, a definição de medidas tem fins de natureza estatístico-administrativa e analítica, pois não podemos perder de vista que os dados **representam**, de uma determinada maneira, os cortes espaciais pré-determinados e que são conseqüências de escolhas metodológicas e técnicas específicas. Diferentemente, a maneira de acessar a essência de uma "geografia urbana" e de uma "geografia rural" é através da busca da essência da relação homem-meio em cada espaço-tempo.

Trata-se, evidentemente, de um caminho dificilmente trilhável numa escala da magnitude do Brasil. Porém, estudos realizados em vários pontos do território podem fornecer indicativos valiosos para complementar as informações que os estudos regionais e as pesquisas empíricas e estatísticas podem trazer, no sentido de ampliar o leque de formas de se conceber o urbano e o rural em nosso vasto e heterogêneo país.

Poderíamos dizer que o Brasil é um país urbano? De fato, essa pergunta não tem uma resposta simples. Procuramos defender neste ensaio o entendimento de que os aprimoramentos nas medidas de ruralidade e urbanidade, a partir de uma re-consideração do que é o urbano e o rural hoje, nas diversas regiões e realidades, a partir dos modos de vida, sociabilidade e modos espaciais, incorporados a uma análise histórica do desenvolvimento territorial regional, revelarão provavelmente uma outra relação urbano-rural no país, mais complexa e heterogênea. Porém, mesmo que o "índice" caia para menos de 80%, o que é muito provável, isto desqualificaria esta questão?

Acreditamos que não. O urbano (e o metropolitano?) ultrapassam as fronteiras da cidade. O entrelaçamento e indissociabilidade cidade-campo são cada vez mais nítidos, sendo um caminho já trilhado no Brasil. Tanto em estados como São Paulo, onde a força motriz inicial da urbanização foi o campo, passando gradativamente à cidade, como em estados como Mato Grosso, onde esta relação já é estabelecida no momento de sua concepção, vemos um rural cada vez mais tributário da urbe, embora configure suas próprias características. Não se trata, então, de "urbanização do campo", mas sim da alteração da relação urbanidade-ruralidade, expressa de diversas formas.

Aprofundar a discussão dessas questões, incorporando de forma mais intensa uma leitura geográfica da espacialidade e da geograficidade humana, é uma das perspectivas que os geógrafos têm à sua frente para contribuir com esse debate de fundamental relevância para todos os brasileiros, sejam eles moradores do campo ou da cidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade do desenvolvimento contemporâneo. *Texto para Discussão*, Rio de Janeiro, IPEA, n. 702, jan. 2000, p.1-31.

- ABRAMOVAY, Ricardo e SACHS, Ignacy. Habitat: a contribuição do mundo rural. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação SEADE, v.9, n.3, jul./set. 1995, p.11-16.
- ARRUDA, Zuleika A. *Sinop: território(s) de múltiplas e incompletas reflexões*. 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- ARRUDA, Zuleika A. e RODRIGUES, Arlete M. “Cidades Novas”: da expansão da Fronteira agrícola ao agronegócio – novas tendências no espaço Norte Mato-grossense. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 6, 2004, Goiânia. *Anais e Contribuições Científicas*. Goiânia: AGB, 2004. [CD-ROM] Disponível em: <http://www.igeo.uerj.br/VICBG-2004/Eixo1/e1_cont372.htm>.
- _____. Cidades novas, pequenas e globalizadas: configurações espaciais em áreas de expansão do agronegócio. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA – SIMPURB, 9, 2005, Manaus. *Anais*. Manaus: Ed. da UFAM, 2005. [CD-ROM]
- ASCHER, François. *Metapolis: acerca do futuro da cidade*. Oeiras: Celta, 1998. 240p.
- BRANDÃO, Carlos R. *Os caipiras de São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1983. 92p.
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964. 239p.
- CAPEL, Horacio. La definición de lo urbano. *Estudios Geográficos*, Barcelona, n.138-139, N. Especial de “Hojenaje al Profesor Manuel de Terán”, p.265-301, feb./may. 1975. [Reproduzido em *Scripta Vetera: Edición Electrónica de Trabajos Publicados sobre Geografía y Ciencias Sociales*. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sv-33.htm>>]
- CARLOS, Ana F. A. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1994. 270p.
- _____. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996. 150p.
- DARDEL, Eric. *L'Homme et la Terre: nature de la réalité géographique*. Paris: PUF, 1952. 133p.
- DUANY, Andres; PLATER-ZYBERK, Elizabeth e SPECK, Jeff. *Suburban nation: the rise of sprawl and the decline of the american dream*. New York: North Point Press, 2000. 294p.
- GRAZIANO da SILVA, José. *O novo rural brasileiro*. 2ed. Campinas: IE/UNICAMP, 2002. 151p.
- GRAZIANO da SILVA, José e DEL GROSSI, Mauro E. O novo rural brasileiro. In: *ORNAs, ocupações rurais não-agrícolas*. Londrina: IAPAR, 2000, p.165-173.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo – parte I*. (trad. Márcia de S. Cavalcante) 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 325p.
- HOGAN, Daniel J. e CARMO, R. L. do. Distribuição espacial da população e sustentabilidade: alternativas de urbanização no Estado de São Paulo, Brasil. *Idéias*, Campinas, v. 8, n.2, 2001, p.151-190.
- HOLZER, Werther. A geografia fenomenológica de Eric Dardel. In: ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto L. (orgs.) *Matrizes da Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p.103-122.
- IPEA/IBGE/NESUR-UNICAMP. *Caracterização e tendência da rede urbana do Brasil: configurações atuais e tendências da rede urbana*. Brasília: IPEA, 2001. [6 volumes]

LEFEBVRE, Henri. *El derecho a la ciudad*. 4ed. (trad. J. Gonzales-Pueyo) Barcelona: Península, 1978. 169p.

_____. *A revolução urbana*. (trad. Sérgio Martins) Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999. 178p.

LENCIONI, Sandra. Uma nova determinação do urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço. In: CARLOS, Ana F. A. e LEMOS, Amália I. G. *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003. p.35-44.

LIMONARD, Ester. Entre a urbanização e a sub-urbanização do território. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL – ANPPUR, 14, 2005, Salvador. *Anais*. Salvador: Anpur, 2005. [CD-ROM]

MARANDOLA JR., Eduardo. Uma ontologia geográfica dos riscos: duas escalas, três dimensões. *Geografia*, Rio Claro, v.29, n.3, set./dez. 2004. p.315-338._____. Mapeando “londrinas”: imaginário e experiência urbana. In: SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE GEOGRAFIA, PERCEPÇÃO E COGNIÇÃO DO MEIO AMBIENTE – SINPEC, 1, Londrina, 2005. *Anais*. Londrina: LPUR/DGEO/UUEL, 2005. [CD-ROM].

MARTINS, José de S. *Fronreira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997. 213p.

MONBEIG, Pierre. Os modos de pensar na Geografia Humana. In: _____. *Novos estudos de Geografia Humana brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1957. p.26-32.

MONTEIRO, Carlos A. de F. Derivações antropogênicas dos geossistemas terrestres no Brasil e alterações climáticas: perspectivas urbanas e agrárias ao problema da elaboração de modelos de avaliação. *Publicação ACIESP*, São Paulo, Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, Academia de Ciências do Estado de São Paulo, n.15, p.43-75, 1978.

NAKAGAWARA, Yoshiya. Questões agrárias e urbanas: interdependência e subordinação: o caso do norte-paranaense. *Terra e Cultura*, Londrina, v.1, n.1, p.94-115, jan. 1981.

OJIMA, Ricardo. Periferização e as formas urbanas contemporâneas: repensando os riscos na metrópole. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA – SIMPURB, 9, 2005, Manaus. *Anais*. Manaus: Ed. da UFAM, 2005. [CD-ROM]

RELPH, Edward. As bases fenomenológicas da Geografia. *Geografia*, Rio Claro, Ageteo, v.4, n.7, p.1-25, abr. 1979.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993. 157p.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica*. (trad. Vera Ribeiro) Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. 324p.

SOUZA, Maria A. A. de. *Governo urbano*. São Paulo: Nobel, 1988. 84p.

VEIGA, José E. da. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Autores Associados, 2002. 304p.